

PLANO DE GESTÃO ANUAL DA ANP **2021**

Relatório Final de Acompanhamento



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis



PLANO DE GESTÃO ANUAL DA ANP 2021

Superintendência de Governança e Estratégia



Relatório Final de Acompanhamento



anp

Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Fevereiro, 2022

Diretor-Geral

Rodolfo Henrique de Saboia

Diretores

Symone Christine de Santana Araújo

Luiz Henrique de Oliveira Bispo (Diretor Substituto)

Claudio Jorge Martins de Souza (Diretor Substituto)

Marina Abelha Ferreira (Diretora Substituta)

Superintendência de Governança e Estratégia

José Gutman – Superintendente de Governança e Estratégia

Sergio Alonso Trigo – Superintendente Adjunto de Governança e Estratégia

Elaboração

Raphael Borges Rodrigues – Coordenador de Governança na Superintendência de Governança e Estratégia

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	FUNDAMENTO LEGAL.....	5
3.	METAS	5
3.1.	FISCALIZAÇÃO.....	5
3.1.1.	Fiscalização do Abastecimento	5
3.1.2.	Fiscalização da Cadeia do Upstream.....	6
3.2.	MEIO AMBIENTE	8
3.2.1.	Promoção da cooperação com os órgãos de defesa do meio ambiente.....	8
3.2.2.	RenovaBio - Processo de Certificação dos Biocombustíveis	10
3.2.3.	RenovaBio - Fiscalização no âmbito do RenovaBio	11
3.3.	DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	12
3.3.1.	Intensificação da Interlocução com o Cade e a Secap/ME.....	12
3.3.2.	Elaboração e Publicação de Documentos Técnicos.....	13
3.4.	QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS.....	14
3.4.1.	Satisfação nos Pedidos de Acesso à Informação.....	14
3.5.	AGENDA REGULATÓRIA.....	14
3.5.1.	Agenda Regulatória 2020-2021	14

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão Anual tem como foco o acompanhamento das atividades de fiscalização, da execução da agenda regulatória, da defesa da concorrência, da segurança operacional e do meio ambiente e da promoção da qualidade dos serviços prestados pela ANP.

Este Relatório de Acompanhamento apresenta os resultados alcançados pela ANP no ano de 2021.

2. FUNDAMENTO LEGAL

O Plano de Gestão Anual (PGA), foi introduzido pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, como o instrumento que consolida as ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão das Agências Reguladoras.

Internamente, o PGA é tratado no art. 61 da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, que institui o Regimento Interno da ANP.

3. METAS

3.1. FISCALIZAÇÃO

3.1.1. Fiscalização do Abastecimento

Indicador	Índice de execução do plano de ações de fiscalização do abastecimento
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações de fiscalização que estavam previstas no plano.
Meta	Execução do plano de ações de fiscalização do abastecimento
Responsável	SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
Apuração	Quadrimestral
Método	Acompanhar e registrar o número de ações de fiscalização a serem executadas pela ANP, com o objetivo anual de 18.141 ações, repartidas entre os Núcleos Regionais de Fiscalização (NRFs)
Objetivo	Realizar a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos. A atuação da Agência na fiscalização do abastecimento abrange as áreas de refino e processamento de petróleo e gás natural, movimentação de petróleo e derivados, biocombustíveis e gás natural, e a atividade de revenda de derivados de petróleo e gás e biocombustíveis.

Apuração da execução:

Total de ações de fiscalização planejadas	Total de ações de fiscalização realizadas em 2021	Realização do plano (%)
18.141	17.835	98,3%

Comentários:

A fiscalização do abastecimento nacional de combustíveis apresentou um crescimento de 18% no número de ações realizadas em 2021, quando comparado ao ano de 2020. Foram realizadas 17.835 ações de fiscalização pela SFI em 2021, o que representa 98,3% da meta estipulada para o período. O primeiro semestre do ano, apresentou piora significativa do cenário pandêmico e a manutenção das atividades de fiscalização in loco foi um grande desafio, que, resguardando a saúde dos servidores da ANP e demais agentes envolvidos na fiscalização, foi (e vem sendo) superado com êxito.

Mesmo com uma equipe de fiscalização pequena em relação ao tamanho do mercado regulado, a fiscalização se fez presente em todos os estados do país, contando também com o trabalho em conjunto com outros órgãos nas diversas forças-tarefas e operações conjuntas realizadas. Durante o ano de 2021, foram realizadas 267 forças-tarefas e operações conjuntas, abrangendo 215 municípios em 26 unidades da federação. As ações da SFI, realizadas por seus agentes de fiscalização ou em parcerias institucionais, contribuem para a manutenção dos índices de conformidade dos combustíveis líquidos no país, que em 2021 apresentou conformidade em cerca de 97,5% das amostras analisadas pelo Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC).

Alguns aspectos que ajudam a entender o bom desempenho da fiscalização são: o avanço da vacinação dos servidores; a melhoria do ambiente digital com a implementação do documento de fiscalização eletrônico, que veio para substituir o físico nas ações, agilizando o processo e dando maior segurança às informações; e o compromisso público permanente dos servidores com a maior eficiência do trabalho.

3.1.2. Fiscalização da Cadeia do Upstream

Indicador	Índice de execução do plano de ações de fiscalização da cadeia do Upstream na ANP
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações de fiscalização que estavam previstas no plano.
Meta	Execução integral do plano de ações de fiscalização da cadeia do Upstream na ANP
Responsável	SSM - Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente; SEP - Superintendência de Exploração; SDP - Superintendência de Desenvolvimento e Produção; NFP - Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural; Superintendência de Dados Técnicos - SDT; e SPG - Superintendência de Participações Governamentais
Apuração	Quadrimestral
Método	Acompanhar e registrar o número de ações de fiscalização a serem executadas pela ANP nas instalações dos agentes regulados que realizam as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, com o objetivo anual de 251 ações, repartidas entre as Uorgs responsáveis.
Objetivo	Realizar a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos. A atuação da Agência na fiscalização abrange as áreas de exploração, produção, refino e processamento de petróleo e gás natural, movimentação de petróleo e derivados, biocombustíveis e gás natural, e o abastecimento de derivados de petróleo e gás e biocombustíveis.

Apuração da execução:

UORG	Total de ações de fiscalização planejadas	Total de ações de fiscalização realizadas	Realizado / Previsto (%)
NFP	50	32	64%
SDT	910	1077	118%
SDP	15	8	53%
SEP	6	0	0%
SPG	30	8	27%
SSM	42	48	114%
TOTAL	1053	1173	111%

Comentários:

NFP: Em decorrência da atividade de fiscalização realizada pelo NFP, foi estabelecida, como meta para o exercício de 2021, a realização de 50 ações de fiscalização, das quais foram realizadas 32 ações durante o ano, sendo todas elas, documentais. O impacto negativo foi decorrente dos efeitos persistentes da pandemia do Coronavírus em 2021, que impossibilitou a realização de ações de campo. A restrição na quantidade de pessoal também se mostra um fator adverso que impacta no cumprimento principalmente das metas de fiscalização.

SDT: A meta estabelecida inicialmente pela SDT foi de 108 ações de fiscalização para o ano de 2021. No entanto, foi feita nova projeção do total de ações de fiscalização a serem realizadas pela Superintendência para o ano de 2021, solicitando o ajuste dessa meta para 910 ações. O resultado alcançado pela SDT, no ano, foi de 1.077 ações de fiscalização.

As ações de fiscalização realizadas pela SDT são essencialmente de avaliação da conformidade dos dados entregues com visitas eventuais à campo, principalmente para fiscalizar o cumprimento dos procedimentos estabelecidos para coleta, manejo, armazenamento e acesso as amostras de rochas e fluidos. Visando atender à Resolução ANP nº 757/2018, a SDT trabalha com a meta de fiscalização in office de todos os dados entregues no BDEP.

Em função das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (Covid-19), as ações de fiscalização in loco planejadas para 2021, envolvendo as condições de armazenamento das amostras de rochas e fluidos, foram suspensas. Pelos mesmos motivos, era esperado uma diminuição significativa da quantidade de remessa de dados ao BDEP, considerando ainda que esteve vigente até abril de 2021 a Resolução ANP nº 816/2020, que flexibilizou os prazos para entrega de dados à ANP, salvo exceções.

Contudo, durante a pandemia, a SDT otimizou sua capacidade de recebimento de dados e constatou-se que as empresas se adequaram rapidamente à nova modalidade de envio de dados, fazendo com que, na prática, o volume de dados recebidos no BDEP não sofresse a redução inicialmente esperada.

SDP: A Superintendência previu a realização de 15 ações de fiscalização durante o ano de 2021 porém, tendo em vista as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (Covid-19), das ações de fiscalização in loco planejadas, foram realizadas 8 abrangendo os campos de Brejinho, Leste de Poço Xavier, Livramento, Lorena, Riacho da Forquilha, Sabiá, Sabiá Bico-de-Osso e Upanema, localizados na Bacia Potiguar e operados pela empresa Potiguar E&P S.A. Nas fiscalizações foram avaliados os cumprimentos das atividades compromissadas no âmbito dos planos e programas e, sobretudo, os pleitos de Prorrogação Contratual da Fase de Produção atualmente em análise.

SEP: Em razão da pandemia de Covid-19 não foram realizadas fiscalizações in loco pela SEP no ano de 2021.

SPG: A Superintendência planejou para 2021 a realização de 30 ações de fiscalização, das quais foram executadas 8 ações. Os fatores que impactaram o alcance de sua meta física foram: i) eventos imprevistos que impactaram o planejamento e a gestão de processos e recursos, em especial as medidas de contenção da pandemia do Covid, e; ii) a insuficiência de pessoal, apontado como fator de maior influência para o alcance da meta.

SSM: A Superintendência previu para 2021 a realização de 42 ações de fiscalização, sendo 31 em ambiente marítimo e 11 em ambiente terrestre, tendo ocorrido 39 fiscalizações de instalações em ambiente marítimo e 9 fiscalizações em ambiente terrestre, totalizando 48 ações de fiscalização. Cabe ressaltar que, em função da pandemia da COVID-19, as ações de fiscalização da SSM ocorreram de forma remota por meio de análise documental e interação virtual via Microsoft Teams.

3.2. MEIO AMBIENTE

3.2.1. Promoção da cooperação com os órgãos de defesa do meio ambiente

Indicador	Índice de execução do plano de ações de fortalecimento das Relações com os Órgãos de Defesa do Meio Ambiente
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações de que estavam previstas no plano.
Meta	Realizar todas as ações propostas para o fortalecimento da relação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), visando de forma sustentável, a exploração e a produção de petróleo e gás natural em benefício da sociedade brasileira.
Responsável	SSM – Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente
Apuração	Quadrimestral
Método	Para todas as ações propostas, registrar a sua execução e realizar o acompanhamento periódico. Em caso de atingimento parcial do objetivo, o percentual de ações realizadas em relação ao total previsto representará o resultado da medição.
Objetivo	Tratamento de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações; Contribuir com as ações no contexto do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE); e promover a divulgação dos inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa decorrentes dos contratos de partilha da produção.

Apuração da execução:

Ações a serem realizadas para atingimento da meta de Meio Ambiente	Situação Atual
Gerir o Acordo de Cooperação Técnica ANP-Ibama, propondo sua prorrogação e novos temas de discussão	Elaborada nota técnica justificando a proposta de prorrogação do ACT, com adequação de escopo e termos (SEI 1293645) e encaminhada ao IBAMA para últimas considerações em 24/08/2021.
Promover agenda com o Ibama, envolvendo a indústria, quando necessário, para tratar de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações	Elaborada nota técnica justificando a proposta de prorrogação do ACT, com adequação de escopo e termos (SEI 1293645) e encaminhada ao IBAMA para últimas considerações em 24/08/2021.
Promover agenda com os OEMAs cujos estados possuem atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, para tratar de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações	Reunião com Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) para discussão dos processos de recuperação de áreas localizados na Bahia (11/08) e proposta para estabelecer acordo visando troca de experiência e conhecimento. Envio de 13 ofícios de comunicação aos OEMAs, referentes a recuperação de áreas (11) e atendimento a denúncias (2)
Promover treinamentos para a equipe técnica dos órgãos ambientais, com o objetivo de apresentar aspectos da exploração e produção de petróleo e gás natural e de demonstrar a viabilidade de realização das atividades em acordo com as melhores práticas da indústria	Não houve ações no período.

Contribuir com as ações planejadas e realizadas do grupo de trabalho do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE) que trata da melhoria do licenciamento ambiental das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres	Participação em reuniões específicas com OEMAs para Discussão Técnica sobre o Caderno de Boas Práticas “Diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres”, em elaboração no âmbito do REATE, dentro de um ciclo de reuniões onde participam o MME, EPE, ANP, IBP, SPPI, ABPIP (02 e 13/09). Participação na Mesa do Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE 2020) - Amazonas, para tratar de temas estruturantes da cadeia de petróleo e gás natural, visando a solução dos desafios relacionados à esta indústria a nível estadual e o desenvolvimento de um melhor ambiente para negócios (28/09). Participação em Mesa REATE ocorrida em Sergipe (15/12). Lançamento do Caderno de Boas Práticas para Licenciamento Ambiental de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Terra (17/12).
Contribuir com as ações planejadas e realizadas do grupo de trabalho do Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos (PROMAR)	Não houve ações no período.
Incentivar a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no segmento de exploração e produção de óleo e gás na ANP, bem como propor e adotar melhorias regulatórias e instrumentos econômicos necessários, em articulação com outras instituições, de acordo com diretrizes estabelecidas pela política energética e com as melhores práticas internacionais da indústria	Elaboração de pareceres: • Parecer SSM-CMA 32/2021 (1577021) Fundamentos do posicionamento da CMA para avaliação do potencial de redução de emissão de gases de efeito estufa no E&P; • Parecer SSM-CMA 36/2021 (1585133) Indicadores de Sustentabilidade no E&P. • Parecer SSM-CMA 37/2021 (1624598) Subsídio para decisão de endosso à iniciativa Zero Routine Flaring 2030 do Banco Mundial. Emissão de ofícios destinados aos operadores que publicam relatórios de sustentabilidade, com objetivo de obter maiores informações sobre a gestão de gases de efeito estufa, ou seja, quais protocolos utilizam e como avaliam projetos de investimento capazes de reduzir ou mitigar emissões de gases de efeito estufa. Participação no Comitê de Organização e em painéis do 1º Seminário de Descarbonização no E&P, promovido pela Society of Petroleum Engineers (SPE) (18 a 22/10). Participação nos Grupos de Trabalho coordenados pelo IBP dedicados à discussão de Eficiência Energética, Mudanças Climáticas e Redução de Emissões de Metano. Representação da ANP no Subcomitê ProbioCCS, criado pelo programa Combustível do Futuro do MME, no qual se discute a regulamentação da atividade de Captura e Sequestro de Carbono no Brasil. Representação da ANP no painel do 2º Congresso Brasileiro do Hidrogênio. Participação da SSM em missão internacional de PD&I junto à Diretoria IV e à Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento da ANP (22 a 26/11).

Dar transparência aos investidores e à sociedade sobre a sustentabilidade da atividade de Exploração e Produção no Brasil, promovendo a confiança e a credibilidade do setor a partir da mensuração de dados de sustentabilidade no E&P e do provimento de informações produzidas com base em guidelines reconhecidos na indústria.	Elaboração da versão beta do Painel Dinâmico de Sustentabilidade no Power BI.
Submissão de sinopses de trabalhos técnicos.	Rio Oil Gas: Potenciais impactos dos programas IMO GHG Strategy, ICAO Corsia e Transporte pesado no mercado do refino Rio Oil and Gas: Análise estratégica dos compromissos de transição energética assumidos por NOC e IOC que operam no Brasil Rio Oil and Gas: Modelos de negócio CCS associado a bioenergia (BECCS)

3.2.2. RenovaBio – Processo de Certificação dos Biocombustíveis

Indicador	Índice de aprovação de Processos de Certificações de Biocombustíveis
Descrição	Mede a relação entre o número de aprovações de processos de certificações de biocombustíveis concedidas, sobre o total de aprovações requeridas no ano.
Meta	Auditar 50 novos processos de certificação de biocombustíveis, de acordo com o seu recebimento.
Responsável	SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos
Apuração	Quadrimestral
Método	Auditar se o processo de certificação dos produtores ou importadores de biocombustíveis, foi realizado de acordo com o estabelecido na resolução ANP 758/2018 e Informes Técnicos conexos, pelas firmas inspetoras.
Objetivo	Garantir que os processos de certificação dos produtores ou importadores de biocombustíveis, sejam realizados de acordo com o estabelecido na resolução ANP 758/2018 e Informes Técnicos conexos, pelas firmas inspetoras.

Apuração da execução:

Total de aprovações requeridas	Total de aprovações concedidas em 2021	Realização do plano (%)
50	87	174%

Comentários:

No terceiro quadrimestre de 2021, a SBQ aprovou 19 Processos de Certificação de Biocombustíveis no âmbito do RenovaBio. Importante ressaltar que, destes processos, 10 são de novas certificações de unidades produtoras na Política Nacional de Biocombustíveis.

Cabe destacar que o certificado de produção eficiente de biocombustíveis tem validade de 3 anos, podendo ser renovados antes de sua expiração em determinadas condições previstas em regulamentação ou por interesse do agente regulado. E por ser um programa voluntário, não há obrigação para que todos os produtores de biocombustíveis autorizados pela ANP se certifiquem.

Sendo assim, até dezembro de 2021, 299 produtores de biocombustíveis estavam certificados na Política Nacional de Biocombustíveis e aptos a emitir Créditos de Descarbonização. O mencionado quantitativo corresponde a cerca de 72% do total de 415 agentes econômicos autorizados pela ANP para produção de biocombustíveis.

Dado o resultado acima da meta, é importante considerar que a SBQ não tinha a expectativa de que a adesão ao programa fosse tão alta. Após um elevado número de solicitações de novas certificações até junho de 2020, sendo 219 certificações pelos maiores produtores de biocombustíveis, pôde ser observado, no segundo semestre do ano de 2020, uma queda nos pedidos.

Neste cenário de incertezas com ações judiciais contra o programa, a redução da meta obrigatória para 2020 devido à redução de demanda e a incerteza do preço dos CBIOS, foram projetadas, para 2021, 50 aprovações de certificações de biocombustíveis, considerando o total de produtores autorizados e cerca de 370 efetivamente em operação. Os 50 certificados projetados representariam 35% dos possíveis interessados em ingressar no programa.

Nas 87 certificações de biocombustíveis realizadas de janeiro a dezembro de 2021, estão incluídas ainda, 24 renovações de certificação de biocombustíveis que não estavam previstas nessas projeções, uma vez que se esperava que acontecessem em 2022 e 2 processos de transferência de titularidade de Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis.

3.2.3. RenovaBio - Fiscalização no âmbito do RenovaBio

Indicador	Índice de execução do plano de fiscalização RenovaBio
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações de fiscalização que estavam previstas no plano.
Meta	Realizar 14 ações de fiscalização e vistorias nas firmas inspetoras credenciadas e em Produtores ou importadores de biocombustíveis, condicionadas aos efeitos do inciso III do art. 7-A da Resolução ANP nº 812 de 2020.
Responsável	SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos
Apuração	Quadrimestral
Método	Análise dos processos de certificação dos produtores ou importadores de biocombustíveis.
Objetivo	Realizar a fiscalização e as vistorias nas firmas inspetoras credenciadas e em Produtores ou importadores de biocombustíveis, de forma a avaliar se o processo de certificação foi realizado de acordo com o estabelecido na Resolução ANP nº 758, de 2018, e Informes Técnicos conexos.

Apuração da execução:

Total de ações de fiscalização planejadas	Total de ações de fiscalização realizadas em 2021	Realização do plano (%)
14	10	71,4%

Comentários:

A SBQ iniciou, em maio de 2021, a realização de ações de fiscalização nas firmas inspetoras credenciadas e em produtores de biocombustíveis de forma a avaliar a regularidade do processo de certificação de biocombustíveis quanto aos dispositivos estabelecidos pela Resolução ANP nº 758, de 2018, e Informes Técnicos conexos.

De setembro a dezembro de 2021, foram realizadas 2 ações de fiscalização em unidades produtoras certificadas e firmas inspetoras credenciadas no âmbito do RenovaBio. As ações de fiscalização foram realizadas de forma remota através do aplicativo Microsoft Teams ou por meio documental, através do sistema SEI.

No ano de 2021, a ANP planejou realizar 14 ações de fiscalização e vistorias nos agentes econômicos supracitados, conforme estabelecido no Plano de Gestão Anual ANP 2021, porém só foram realizadas 10 ações de fiscalização até 31 de dezembro de 2021, que correspondem a 71,4% do estabelecido em nosso plano de fiscalização.

O principal motivo de não ter atingido o número de ações de fiscalização que estava previsto no plano de fiscalização foi o quantitativo maior do que era esperado de processos de renovação das certificações de biocombustíveis (24 processos) encaminhados para aprovação da ANP para melhoria da nota de eficiência energético ambiental (NEEA) e/ou fração do volume elegível, pois os certificados possuem validade de 3 anos, e a ANP esperava renovações a partir do segundo semestre de 2022.

Outros fatores que também contribuíram para que não fossem realizadas todas as ações previstas no Plano de Gestão Anual ANP 2021 estão apresentados a seguir:

- análise de quantitativo elevado de processos administrativos sancionadores por não cumprimento da meta individual compulsória no ano de 2020 (35 processos);
- realização de muitas reuniões com discussões técnicas para tratar das alterações a serem realizadas na Resolução ANP 758, de 2018 e na Resolução ANP 791, de 2019.

3.3. DEFESA DA CONCORRÊNCIA

3.3.1. Intensificação da Interlocução com o Cade e a Secap/ME

Indicador	Índice de Realização de Workshop
Descrição	Mede a relação entre o número de workshops realizados, sobre o total de workshops que estavam previstos pela SDC.
Meta	Realizar dois workshops, sendo um com o Cade e outro com a Secap/ME
Responsável	SDC – Superintendência de Defesa da Concorrência
Apuração	Quadrimestral
Método	A meta será atingida com a realização das ações para a viabilização dos dois workshops com o Cade e a Secap/ME.
Objetivo	Debater questões contemporâneas relativas às missões institucionais de ANP, Cade e Secap/ME, com vistas a tratar questões abrangentes de defesa e promoção da concorrência.

Apuração da execução:

Ações previstas para 2021 a fim de atingimento da meta de Defesa da Concorrência	Situação Atual
Realizar dois workshops, sendo um com o CADE e outro com a SECAP/ME, com vistas a tratar de questões abrangentes de defesa e promoção da concorrência.	Os workshops não foram realizados. A realização do workshop com o CADE foi afetada pela substituição de quadros no corpo técnico daquela autarquia e pela limitada disponibilidade de tempo para as tratativas. Não obstante, as equipes planejam reuniões temáticas periódicas. A realização do workshop com a SECAP/ME encontrou empecilhos a partir da paralisação das negociações do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre aquela Secretaria e a ANP. O ACT já estava pronto para submissão à Diretoria Colegiada da Agência quando processo de reestruturação interna dos órgãos do Ministério da Economia, ainda em andamento, gerou incertezas acerca da Secretaria que virá a titularizar competências sobre os mercados de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis. Neste cenário, a continuidade da celebração do Acordo aguarda manifestação positiva e formal da SECAP/ME.

3.3.2. Elaboração e Publicação de Documentos Técnicos

Indicador	Índice de Publicação de Documentos Técnicos
Descrição	Mede a relação entre o número de publicações feitas sobre o total de publicações que estavam previstas pela SDC.
Meta	Elaboração de 84 documentos técnicos
Responsável	SDC – Superintendência de Defesa da Concorrência
Apuração	Quadrimestral
Método	Elaboração e publicação de estudos e documentos técnicos.
Objetivo	Elaborar e publicar 84 documentos técnicos sobre matérias afeitas às atribuições regimentais da SDC, como regulação econômica, direito concorrencial e dados dos mercados regulados, dando transparência aos números da indústria e compartilhando conhecimento técnico produzido pela SDC.

Apuração da execução:

Ações previstas para 2021 a fim de atingimento da meta de Defesa da Concorrência	Situação Atual
Elaborar e publicar 84 documentos técnicos sobre matérias afeitas às atribuições regimentais da SDC, como regulação econômica, direito concorrencial e dados dos mercados regulados, dando transparência aos números da indústria e compartilhando conhecimento técnico produzido pela SDC.	Até o encerramento do terceiro quadrimestre foram publicados 81 dos 84 documentos previstos para o exercício 2021. A saber: 53 Sínteses Semanais de Comportamento dos Preços dos Combustíveis; 12 Sínteses Mensais de Volume (de Comercialização de Combustíveis); 12 Relatórios Executivos; - 3 Boletins Trimestrais de Preços e Volumes de Combustíveis; e 1 Anuário Estatístico Os desvios em relação à meta original se devem ao seguinte: 2 Sínteses de Entendimento, que seriam criadas coletivamente no âmbito dos workshops com o Cade e a Secap, não foram feitas. A não realização dos eventos frustrou, portanto, a produção das publicações; 1 Boletim Trimestral de Preços está em processo de revisão, prestes a ser publicado; 1 Síntese Semanal de Preços a mais foi publicada, pois, no início do ano, acabou sendo considerada como referente à Síntese de nº 1/2021 uma semana com mais dias no ano de 2020; e 1 Cartilha de Preços dos Combustíveis no Brasil não foi publicada, por insuficiência de mão de obra disponível.

3.4. QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS

3.4.1. Satisfação nos Pedidos de Acesso à Informação

Indicador	Índice de Satisfação nos Pedidos de Acesso à Informação
Descrição	Mede o percentual de satisfação dos solicitantes de acesso à informação com as respostas concedidas pela ANP pela quantidade de retorno dessas solicitações em forma de recursos interpostos em primeira e segunda instâncias
Meta	Satisfação do solicitante em 85% das respostas aos pedidos de acesso à informação direcionados para a Ouvidoria da ANP.
Responsável	Ouvidoria da ANP
Apuração	Quadrimestral, acumulada no ano
Método	Em um universo que abrange todas as solicitações de acesso à informação respondidas pela ANP para o ano em curso, apurar o percentual de recursos interpostos pelos solicitantes em primeira e segunda instâncias.
Objetivo	Entregar à sociedade e ao mercado regulado respostas aos pedidos de informação de acordo com os critérios definidos na Lei de Acesso à Informação, promovendo processo de melhoria contínua na qualidade das respostas fornecidas.

Apuração da execução:

Índice para atingimento da meta de qualidade de serviços	Meta para 2021	Percentual apurado em 2021
Percentual de satisfação dos solicitantes de acesso à informação com as respostas concedidas pela ANP	85%	93%

Comentários:

Foram respondidos 847 pedidos de acesso à informação direcionados para a Ouvidoria da ANP no ano de 2021, sendo recebidos em seguida 52 recursos em primeira instância e 7 em segunda instância em face dessas respostas, configurando um resultado do índice em 93%, resultado superior aos 85% propostos como meta para 2021.

3.5. AGENDA REGULATÓRIA

3.5.1. Agenda Regulatória 2020-2021

Indicador	Índice de previsibilidade regulatória
Descrição	Mede a relação entre o número de resoluções publicadas que estavam previstos na Agenda Regulatória, sobre o total de resoluções publicadas pela ANP
Meta	50% do índice de previsibilidade regulatória
Responsável	SGE – Superintendência de Governança e Estratégia da ANP
Apuração	Quadrimestral, acumulada no ano
Método	A SGE faz o levantamento das resoluções ANP publicadas no período de referência e verifica se estão relacionadas às ações regulatórias previstas na Agenda Regulatória ANP 2020-2021.
Objetivo	Estimular a previsibilidade da atuação regulatória da ANP, baseada numa agenda franqueada à sociedade, fomentado o debate prévio e mitigando o risco de instabilidade regulatória.

Apuração da execução:

Índice para atingimento da meta qualitativa da Agenda Regulatória	Meta para 2021	Índice apurado em 2021
Cálculo do índice de previsibilidade regulatória	50%	71%

Comentários:

A paulatina retomada de um cotidiano remoto como o “novo normal” parece ter contribuído para a elevação do valor apurado, no terceiro quadrimestre de 2021, para o índice de previsibilidade regulatória (IPR). Houve um aumento expressivo das resoluções publicadas dentro das programações da Agenda Regulatória vigente, atingindo o percentual de 71% de previsibilidade, sendo que das 14 resoluções publicadas no período, 10 estavam previstas na Agenda Regulatória 2020-2021.

O número bastante elevado do IPR do período (em comparação aos quadrimestres anteriores, 25% no primeiro quadrimestre e 50% no segundo) pode ser o resultado do encerramento da Agenda Regulatória 2020-2021, seja porque houve um esforço das áreas técnicas de realizar as entregas dentro do prazo máximo estabelecido na Agenda, seja porque diversas ações concluíram seu ciclo de amadurecimento após longo período de elaboração (considerando que algumas ações foram transferidas da Agenda Regulatória 2017-2019).

É possível acompanhar a evolução da Agenda Regulatória, em detalhes e por etapas executadas ou previstas, consultando as atualizações publicadas no site da ANP, disponíveis em <https://www.gov.br/anp/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/agenda-regulatoria>.

